

# Uma visão panorâmica das fortalezas do Rio de Janeiro, no século XVII

## *A panoramic perspective of the fortresses of Rio de Janeiro, in the 17<sup>th</sup> Century*

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira\*

Doutorando em História (UFF), mestre em História Social (UFRJ),  
professor da Universidade Veiga de Almeida – Cabo Frio (RJ)  
E-mail: lgnoreira@ig.com.br

### RESUMO:

O texto apresenta um panorama das visões, por vezes contraditórias, que os diversos agentes sociais (Coroa, governador da capitania, oficiais do Senado da Câmara etc.) produziam acerca das fortalezas da barra da cidade do Rio de Janeiro, nos seiscentos. Tais olhares eram fundamentais para se pensar a política de defesa da região.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; história militar; Brasil Colônia.

### SUMMARY:

*The text provides a panorama of the views – occasionally contradictory – propounded by the several social actors (the Crown, the governor of the captaincy, the officials of the Municipal Senate etc.) concerning the fortresses at the mouth of the bay of Rio de Janeiro, in the 17<sup>th</sup> century. These views were essential to planning the defense strategy of the region.*

**Key words:** Rio de Janeiro; military history; colonial Brazil.

\* A dissertação *Navegar, lutar, pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro)* foi agraciada com “Menção Honrosa no Concurso de Monografias do Arquivo da Cidade/ Prêmio Professor Afonso Carlos Marques dos Santos – 2010). Concurso que contou com os professores Beatriz Kusnir, Ismênia Martins, Paulo Knauss, André Vieira de Campos e Tânia Bessone na Comissão Avaliadora. Em razão disto, recebi o convite para publicação deste artigo na *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Gostaria de agradecer ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, aos professores da Comissão Avaliadora, ao meu orientador prof. João Fragoso e aos professores que participaram da banca de qualificação e de defesa (Ronald Raminelli, UFF, e Vítor Izecksohn, UFRJ). A dissertação encontra-se disponível no sítio do *Domínio Público*.

**E**ste artigo é parte resumida de minha dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste trabalho procuramos traçar o perfil dos capitães das fortalezas da Baía de Guanabara, na segunda metade do século XVII. Do mesmo modo, analisamos o processo de escolha daqueles agentes empreendidos pelo Conselho Ultramarino e pela Coroa lusa. Considerando que o estudo tinha como foco a História Social abordamos as fontes por meio da chamada *Nova História Militar* (TEIXEIRA, 1991; WEHLING, 2001; COELHO, 1985; HESPANHA, 2004; CASTRO, IZECKSOHN & KAAAY, 2004 e; MOREIRA & LOUREIRO, 2011). Para dar conta desta empresa, precisávamos situar nossos agentes no espaço físico, tanto nas fortalezas como na própria baía de Guanabara. Por isso, era vital entender um pouco das condições materiais das fortalezas da capitania do Rio de Janeiro, particularmente das duas mais importantes, Santa Cruz e São João. Veremos aqui como este cenário era visto pelos viajantes, pelos agentes estatais (Coroa, governador-geral, governador da capitania, Senado da Câmara etc.); as condições físicas das fortalezas e de seus armamentos; um breve histórico e seus estilos arquitetônicos peculiares.

Começamos pela sua importância estratégica. Os dois fortes (1), Sta. Cruz e S. João, localizam-se na entrada da Baía de Guanabara, que banha o porto da cidade do Rio de Janeiro. O de Sta. Cruz encontra-se na cidade de Niterói, do lado direito de quem chega ao recôncavo pelo Oceano Atlântico, região conhecida no século XVII como banda “d’além”. Já o de S. João fica aos pés de um dos principais pontos turísticos do município do Rio de Janeiro, o famoso bondinho do morro Pão de Açúcar, atração construída no século XX, no bairro atualmente conhecido como Urca. Lá do alto conseguimos, ainda hoje, visualizar as duas construções e percebemos que uma está praticamente de frente para a outra, o que facilitava o controle da circulação dos navios que chegavam e saíam da urbe.

Nada melhor do que depoimentos coevos de viajantes que por lá passaram, para nos dar uma ideia de como era este cenário. Um anônimo viajante francês, ao transitar pelo porto da cidade em 1703, registrou: “A entrada do porto parece-me bastante bem guardada. Ela é defendida por duas fortalezas [Sta. Cruz e S. João], entre as quais é necessário passar, o que torna um ataque à cidade tarefa de difícil execução” (FRANÇA, 1999, p. 57).

Ao continuar a sua descrição sobre a entrada da baía e as qualidades de suas fortificações, relatou certa particularidade: “Isso se dá graças à estreiteza da embocadura que dá acesso ao porto e à cidade, embocadura que obriga os navios a passarem muito próximo da fortaleza de Sta. Cruz.”

Citemos um último exemplo, também de autor anônimo, um dos tripulantes do navio francês *L’Arc-en-Ciel*, que lá esteve em 1748, e comentou sobre a fortaleza de Sta. Cruz: “(...) a mais importante do país, está situada sobre a ponta de um rochedo, num local onde todos os barcos que entram ou saem do porto são obrigados a passar (...)” (FRANÇA, 1999, p. 62 e 81).

Destes relatos, queremos apenas fazer um breve comentário, que retomaremos mais adiante. Os viajantes, que já haviam circulado por outros lugares, conheciam um mundo um pouco mais amplo do que o cenário descrito. Para nossa surpresa, não fizeram menção à precariedade da estrutura que encontravam, mesmo os que ficaram alguns dias na localidade, o que lhes possibilitava conhecer melhor aquela realidade.

Este quadro era compartilhado pelos representantes do Estado luso, como por exemplo, os engenheiros militares Miguel de L'Escolle e Felipe de Guitan(2). Estes enviaram, em 1649, à D. João IV, informações sobre a barra da capitania. Diziam eles:

*Agora (...) o que toca a entrada da barra desta cidade (...) fica a fortaleza de Sta. Cruz (...) situada em cima de um penedo saído no mar. (...) Sua construção é de um parapeito de pedra (...) defronte desta fortaleza (...) está o forte de S. João (...). Construído de um parapeito de uma meia parede por de fora e de um pouco de terra por dentro. (...) E ficará oposta a (...) de Sta. Cruz (FERREZ, 1972, p. 157-8).*

Por conta deste, e de outros relatos, os monarcas portugueses reconheciam a importância das duas fortalezas para a defesa da região. D. Pedro II determinou ao provedor da Fazenda Real da Capitania, Pedro de Souza Pereira, em 1674, que pagasse aos soldados e aos índios que “existem nas duas fortalezas da barra”, para que se possa ter uma “melhor defesa delas e sua conservação” (ANRJ, Códice 61, Vol. 7, p. 438) (3), A atitude do rei fora motivada pela representação encaminhada pelo mesmo provedor, que relatava:

*(...) haver na dita cidade [do Rio de Janeiro] duas fortalezas [Sta. Cruz e S. João] na barra distantes da cidade uma légua em que consiste a total defesa e segurança da praça e os soldados das quais se não pagam mais que mil e duzentos réis cada três meses, com que os socorrem da Real Fazenda de Vossa Alteza, com que não é possível sustentar-se; e assim que esta causa, como, também, por não terem embarcação os da fortaleza de Sta. Cruz que só tem serventia por mar estão fugindo continuamente e deixando as fortalezas ao desamparo; e porquanto na dita cidade há seis índios do gentio da terra matriculados nos livros da Real Fazenda de Vossa Alteza com pretexto de que são para serviço das fortalezas e armazém de pólvora da cidade dos quais se paga os mesmos socorros que se dão aos soldados do presídio (ANRJ, Códice 61, Vol. 7, p. 438).*

Segundo António Hespanha as fortificações eram erguidas à custa do trabalho dos moradores e o dinheiro deveria sair dos impostos cobrados pelo Senado da Câmara (HESPANHA, 2004, p. 180-1)(4). Ao consultarmos algumas de suas deliberações, é possível notar que várias penalidades eram revertidas para a construção ou manutenção dos fortes.

Neste caso, por exemplo, a vintena do vinho, em 1643, deveria servir “para o sustento do presídio desta cidade e fortificações (PREFEITURA MUNICIPAL DO DISTRITO FEDERAL (PMDF), p. 69-70).

Igualmente, senhores de engenho e lavradores de cana que, em 1646, não cultivassem mandioca, contribuindo para o desabastecimento da farinha, teriam que ser penalizados em 50 cruzados “para a fortificação desta praça” (PMDF, p. 109).

Durante algum tempo, nos anos de 1640, muito se discutiu acerca da construção da fortaleza da Laje e dos recursos monetários para sua edificação. Por isso, alguns criminosos eram multados e a quantia paga direcionada para este fim. Destarte, em 1646, o Senado da Câmara vetava que “nenhuma negra (...) traga saia nem gibão de seda, nem brincos de ouro com pena de seis mil réis, pagos da cadeia. E de seda ou brinco que se lhe acharem perdidos, o que tudo se aplica para a fortaleza da Laje (...)” (PMDF, p. 131).

No mesmo ano também se proibiu a “venda de aguardente da terra (...) com pena de 6000 réis pagos da cadeia (...) a qual pena se aplicará a metade (...) para a fortaleza da Laje” (PMDF, p. 132). Negava-se aos negros que carregassem pelas ruas da cidade pau e faca, sob “pena de 2000 réis pagos a cadeia, a metade para as obras da (...) fortaleza da Laje” (PMDF, p. 134).

Em 1649, depois do parecer do engenheiro Miguel de L'Escolle, abandonou-se a ideia da construção do dito forte e as penalidades voltaram a ser destinadas para todas as fortificações (PMDF, p. 178-9).

A construção dos fortes de Sta. Cruz e S. João havia sido planejada pela Coroa em 1584, logo após a fundação da cidade por Estácio de Sá (1565). Salvador Correia de Sá, “o velho”?, em seu 2º período como governador do Rio de Janeiro (1578-1598) (BOXER, 1973, p. 420), iniciava a construção de uma fortaleza na ponta leste, que recebeu o nome de N. S. da Guia. O governador consultou a Corte para saber se era preferível fortificar o Rio de Janeiro, o que acabou ocorrendo, ou mandar povoar Cabo Frio. Salvador Correia de Sá, então, começou o plano de fortificar a Laje, localizada na entrada da barra(5). No entanto, ao consultar o engenheiro militar italiano Batista Antonelli, este lhe aconselhou a construir duas fortalezas, uma em cada lado da baía. O mesmo engenheiro elaborou a planta das fortalezas e enviou para o soberano português que aprovou e autorizou suas construções (VARNHAGEN, 1956, p. 372).

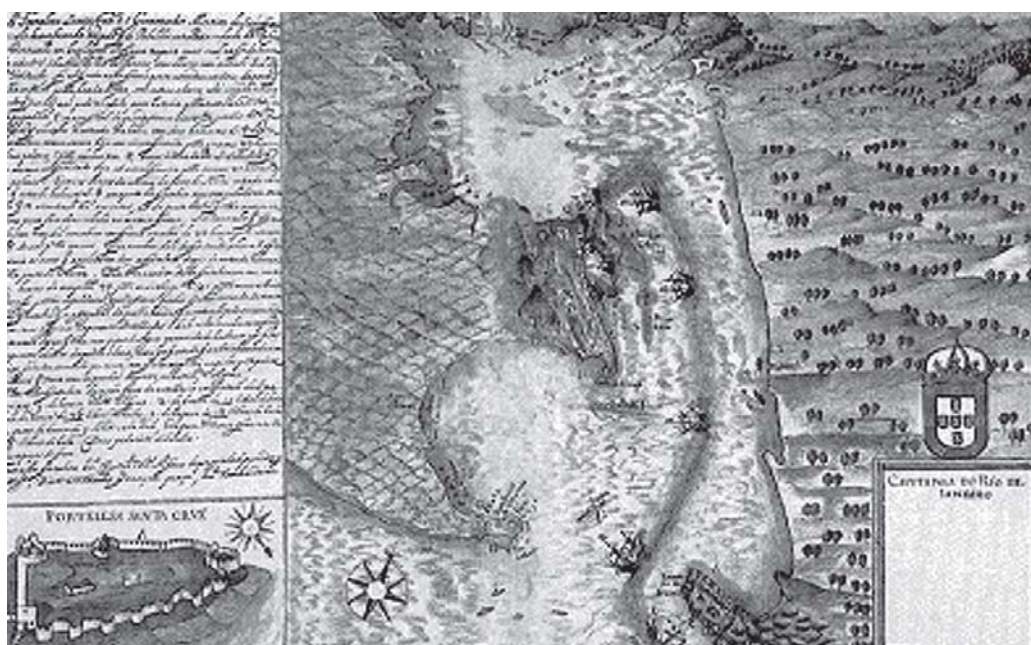
Ela foi restaurada pelo governador Martim Correia de Sá (1623-1632) (6), quando recebeu o nome de Sta. Cruz. A reforma contou com índios tutelados pelos jesuítas e foi fiscalizada pessoalmente por Mem de Sá que transferiu o governo a Gonçalo Correia de Sá, seu irmão (COARACY, 1965, p. 59-60).

Joaquim Serrão destacou que a ligação dos Sás com o Rio de Janeiro vinha desde a sua fundação por Estácio de Sá, passando pelas reformas empreendidas por Martim de Sá, momentos antes da Restauração Portuguesa, em 1637, quando empresta 60.000 cruzados para aperfeiçoar as fortalezas da cidade (SERRÃO, 1968, p. 231 e AHU-Rio de Janeiro, cx. 1, doc. 81, 80, 78, 79, 38).

Naquele momento, havia um contexto marcado pelo medo da expansão dos batavos para além das capitânicas do norte, quando houve grande preocupação em fortalecer a proteção de toda a costa da América lusa. Contudo, a ligação e o domínio dos Sás nos postos das fortalezas já vinham desde o início do século (FRAGOSO, 2000, p. 76-78).

A fortaleza de S. João ficou completa em 1618 e ampliada pelo governador Sebastião de Brito Pereira em 1651. O governador requereu aos moradores que ajudassem com um ou dois negros para a empreitada(7). O forte novamente foi reformado em 1675, no governo de Matias da Cunha (COARACY, 1965, p. 48, 142 e 194).

Planta da capitania do Rio de Janeiro, de 1631



Fonte: João Teixeira Albernaz (o avô). Atlas do Estado do Brasil. Mapoteca do Itamaraty.

Agora que já conseguimos observar como os contemporâneos viam o cenário em que atuavam nossos personagens, podemos mostrar como era representado. A imagem acima retrata a barra da capitania. Notemos que para os navios adentrarem a baía era necessário que passassem bem próximo à fortaleza de Sta. Cruz, como é explicado no texto que compõe a gravura.

A preocupação com a defesa, em todo o período colonial, era uma constante por parte dos reis lusos, sobretudo naquele contexto de meados do XVII. Afinal de contas, não podemos esquecer que a parte dos rendimentos da Coroa vinha do comércio ultramarino. Manter as rotas comerciais do Império era vital e muitas destas rotas passavam pelo Rio de

Janeiro. Com isso, os governadores gerais frequentemente remetiam ao rei informações a respeito do estado das fortificações em sua área de atuação, visto que: “O governador-geral foi definido como chefe supremo da administração colonial, com ênfase nas suas funções militares, sendo o posto de comandante da tropa sua atribuição fundamental” (GOUVÊA, 2000, p. 265). Esta não era a única função militar que detinha. Entre as inúmeras atribuições do governador-geral, duas eram de suma importância: 1) “Zelar pela boa manutenção dos armamentos existentes nas capitanias” e; 2) “Executar obras de fortificações para a defesa da terra” (SALGADO, 1985, p.171).

Contudo, os governadores-gerais não eram os únicos responsáveis pela defesa do território, os capitães e governadores de capitania também o eram. Constavam de suas funções:

- a) “Informar ao governador das armas e munições existentes na capitania e se estão necessitando de ajuda” (SALGADO, 1985, p.146) e;
- b) “Visitar as fortalezas e armazéns existentes na capitania, (...) bem como fazer um levantamento sobre o estado das instalações, equipamentos e reparos necessários, dando de tudo notícia ao governador-geral do Estado do Brasil” (SALGADO, 1985, p.243).

Esta característica também aparece na documentação local. Sendo assim, o Senado da Câmara, ao se reunir para decidir quem assumiria o governo da capitania temporariamente, em 1644, enfatizava a necessidade de nomear alguém que “(...) governasse assim no político como na *guerra*, no que acuda as ocasiões (...) de sua defesa, no que continuem com as fortificações (...) em conformidade das ordens de Sua Majestade” (PMDF, 1935, p. 82. Grifo nosso).

O escolhido, Duarte Correa Vasqueanes, ao assumir o ofício, prometeu, entre outras coisas, “defender esta cidade contra to(*dos os inim*)gos de nossa Santa Fé e desta Coroa conforme sua obrigação” (PMDF, 1935, p. 83. Grifo nosso).

Diogo de Campos Moreno – sargento-mor e capitão da Costa do Brasil – cumprindo com sua obrigação, enviou de Salvador, em 1609, um relatório ao rei, dizendo que aquela cidade estava pessimamente equipada. Logo, deveriam ser realizadas as obras que haviam sido recomendadas pelo engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita e que foram remetidas para a Europa, ajustadas e corrigidas pelos engenheiros militares Turriano e Tibúrcio Spanhocchi (engenheiro-mor da Espanha), em 1606 (MENDONÇA DE OLIVEIRA, 2007).

O mesmo procedimento fora adotado pelo governador do Rio de Janeiro, Luiz Cesar de Menezes, em 1689, que escreveu ao monarca dando conta das condições das fortificações e das companhias daquele presídio. Em sua resposta, o rei enfatizou que:



*(...) vendo o papel que me fizeste e o que nele me representa (...) e do estado em que se acham as fortalezas e soldados desse presidio e artilharia me pareceu dizermos e ordenarmos, como por esta o faço, que enchais a força das companhias de infantaria e das do presidio dessa praça e suas fortalezas com aquele número dos soldados de lotação que a Câmara se obrigou a sustentar pelas imposições, quanto for mais possível a respeito do procedimento das ditas consignações e, da mesma maneira, proceder assim os oficiais de artilharia que forem necessários para a defesa e conservação das forças desse gênero, (...) dando por conta da Fazenda Real fazer as carretas cobertas e todos os reparos para as peças da artilharia que achando seus serviços e pelos meus os efeitos da Fazenda Real mandeis consertar e reformar as ruínas que se acharem nessas fortalezas, de que são de depender a conservação de sua praça e em que se tem notícia que há necessário peças de artilharia pela praia, escolhais destas as que vos parecerem podem ter melhor serventia e as mandará por nas fortalezas e, com este meio, se remediará a necessidade que se praz (...)* (ANRJ, Códice 61: Vol. 9, p. 49).

A necessidade de defesa da região por parte dos lusos se devia a um duplo medo: primeiro, o “Mar Tenebroso”, recentemente conquistado e, segundo, a floresta tropical. Destes cenários poderiam emergir, a qualquer momento, piratas e índios, respectivamente.

Defesa e colonização andavam de mãos dadas, sendo impossível pensar uma sem a outra. Para este binômio era vital o conhecimento de vários fatores, a saber: marítimos, geográficos, climáticos, culturais entre outros. A proteção não só da cidade como de toda a costa com suas rotas comerciais foi uma preocupação recorrente por parte dos monarcas(8). Deste modo, nos seiscentos “sempre houve necessidade de proceder a obras e reparações” (COARACY, 1965, p. 60) das fortalezas da cidade. Característica que também aparece na historiografia que se debruça sobre o tema, em especial o trabalho de Gilberto Ferrez (FERREZ, 1972).

A urgência de defesa também era discutida no Senado da Câmara. Durante os anos de 1640, seus membros se reuniram com o governador e com os notáveis da cidade, entre eles figuras importantes no campo militar, como por exemplo, os capitães das fortalezas (PMDF, 1935, p. 49-52, 68-71, 101, 109, 122-4, 137 e 187).

Para tal, uma das figuras principais eram os engenheiros militares. Beatriz Bueno sublinhou que os desenhos feitos por estes agentes nos permitem apreender não só “aspectos formais e simbólicos da arquitetura e do urbanismo oficiais implantados nas conquistas”, mas “entrevêr os diferentes momentos da política de colonização e expansão dos tentáculos do Império português nas entranhas do Brasil”. Por meio de suas gravuras produziam conhecimento e, ao mesmo tempo, se apropriavam e controlavam o território, possibilitando aos monarcas ausentes materializarem-se nas conquistas. Suas representações não eram publicadas e permaneciam restritas às esferas estatais. Há poucos desenhos do Brasil feitos pelos engenheiros militares nos quinhentos e seiscentos. As gravuras que eram enviadas

para a Europa deveriam ser aprovadas ou pelo Conselho de Guerra ou pelo Ultramarino, para que posteriormente fossem colocadas em prática (BUENO. 2000, p. 41 e 47). É o que podemos ver no documento enviado pelo Senado da Câmara ao rei, em 1649(9)

*Carta dos oficiais da câmara da cidade do Rio de Janeiro ao rei [d. João IV] sobre o envio das plantas da cidade e das fortalezas do Rio de Janeiro, tiradas pelos engenheiros Miguel de L'Escolle e Filipe de Guitan, para se determinar a melhor forma de se fortificar esta capitania, informando a falta de artilharia necessária aos moradores para defesa desta praça* (AHU-Rio de Janeiro, cx. 2, doc. 124-A e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 2, D. 195).

Felipe Guitan, um engenheiro militar francês a serviço de Portugal, veio para o Rio de Janeiro em 1649, para fortificar a cidade, seguindo as ordens do governador-geral conde de Vila-Pouca, Antônio Telles de Menezes, juntamente com o engenheiro militar Miguel de L'Escolle, em razão do medo da invasão batava (FERREZ, 1972, p. 26). Miguel de L'Escolle serviu como engenheiro militar, na capitania do Rio de Janeiro, pelo prazo de três anos a partir de 1648 (TAVARESDA CONCEIÇÃO, 2000, p. 170). Acreditamos, segundo informações contidas nas atas do Senado da Câmara, que tenha desembarcado na cidade em 1649, proveniente de Lisboa (PMDF, 1935, p.172). Logo que chegou, começou a inspecionar os fortes. Na vistoria que realizou na fortaleza de Santa Luísa, que havia recebido algumas intervenções, acabou determinando a sua demolição, por “não vir a servir” (PMDF, 1935, p. 175-176.).

As intervenções de L'Escolle não foram importantes apenas no campo militar. Alguns autores o consideram o primeiro urbanista do Rio de Janeiro, devido às modificações nas “ruas, [nas] valas de esgotamento, [na] muralha de defesa, [nas] praças, [nas] estradas de acesso”. Entretanto, sua principal participação se deu nos projetos militares, pois foi o primeiro especialista em fortificações que atuou no Rio de Janeiro.

Para Ciro Cardoso e Paulo Araújo, no século XVII, o Rio de Janeiro apresentava um grande crescimento urbano, fruto da importância cada vez maior de seu porto e das rotas mercantis que passavam por ali, tendo com isso, uma preocupação mais efetiva com a sua infraestrutura. Em 1625, começavam a surgir regras urbanas para a construção de casas na cidade baixa, preservando o traçado das ruas; drenavam-se algumas lagoas; reformava-se a cadeia da cidade (1640) (PMDF, 1935, p. 35-36, 38 e 43); abriam-se ruas, como por exemplo, a rua da Vala (1641) e a rua do Cano (1646); iniciava-se a construção do aqueduto da Carioca (1673)(10); criava-se um serviço de correios na cidade; e cristalizava-se uma estratificação social do espaço, com a formação de bairros bem definidos, entre outras mudanças (CARDOSO & ARAUJO, 1992, p. 67). Parte desse crescimento fora consequência da tomada de Pernambuco pelos holandeses. Assim, o governador Rodrigo de Miranda Henriques escrevia ao Rei Filipe III, em 1634, dando conta das modificações existentes na capitania: “Esta cidade tem crescido depois da tomada de Pernambuco muito em gente e comércio e riqueza” (FERREZ, 1972, p. 123).



L'Escolle já havia atuado no restauro e construção de outros fortes na Província do Minho, em razão da necessidade de fortificar as fronteiras terrestres com a Espanha, e das Guerras de Restauração (1641-1668) (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 32). Para além da importância da Restauração, Rui Bebiano sublinhou que:

*(...) pelos finais do século XVII não existia na Europa exército no qual a engenharia não desempenhasse papel determinante e o português desenvolveu muito cedo, por imposição das circunstâncias vividas durante as campanhas de Restauração, essa mesma componente* (BEBIANO, 2004, p. 49).

A defesa da região alentejana havia sido deixada de lado durante o período Filipino(11). As fortalezas precisavam de reformas, em virtude de seu abandono e porque “a arquitetura militar conhecia exemplar renovação” (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 32). Os projetos de revitalização incluíam equipamentos necessários para a guerra, tais como: hospital, quartéis, paióis etc. Esses anexos passavam a ser vistos como capitais para o bom funcionamento da estrutura de guerra. Começava a existir um planejamento cada vez mais amplo, abandonando-se a improvisação. As tradicionais requisições compulsivas de abrigo para os soldados eram descartadas.

Os lusos procuravam atualizar-se científica e tecnicamente com o que de mais moderno existia. Engenheiros e militares franceses e holandeses foram contratados para que houvesse uma “oxigenação” no processo descrito(12). Dois destes personagens foram L'Escolle e Charles Lassart, francês que se tornou engenheiro-mor do Reino (1641).

A preocupação de defesa não era apenas na Europa. Os Braganças também focavam a América. Havia certa urgência em suprir as demandas de engenheiros militares para dar conta de várias frentes de atuação as quais não se podia negligenciar. Contudo, a contratação de estrangeiros para a tarefa esbarrava na falta de recursos. Os gastos não eram apenas no emprego de homens. Reformas ou a construção de novas fortalezas dependiam de muito cabedal. Durante os seiscentos, os governadores do Rio de Janeiro sempre reclamavam da precariedade em que se encontrava o sistema defensivo da capitania. Assim, pediam o envio de mais homens, equipamentos, reformas e ampliação dos fortes. Requisições estas que, quase sempre, não eram atendidas por falta de recursos. Ao mesmo tempo, o custo da defesa ficava a cargo dos moradores, em especial a manutenção de seus fortes, fortinhos, baluartes etc., como era comum em todo o Império (FERREZ, 1972; HESPANHA, 2004, p. 180-1 e; BICALHO, 2001, p. 199)(13). Voltamos aos engenheiros militares. D. João IV criou, em 1641, a “Aula de Artilharia e Esquadria”, no Paço da Ribeira que, em 1647, foi transferida para a Ribeira das Naus com o nome de “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar” (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 36). O objetivo era formar engenheiros militares para atuarem em todo o Império. Assim, o monarca, em 1649, escreveu ao general de artilharia, André de Albuquerque, perguntando sobre o que fazia o engenheiro militar holandês Timermans, contratado para servir de professor:

*(...) e porque Eu desejo saber se Timermans (...) ensina a alguns naturais a sua arte, os discípulos que teve, e o fruto que desta doutrina tem resultado, vos recomendo me aviseis e procureis que haja particular cuidado em que os naturais aprendam e se façam práticos nesta Arte (Arquitetura Militar), para que não estejamos dependendo de estrangeiros com os quais se fazem tão grandes despesas (...)* (Apud TAVARES, 2000, p. 37-8).

Timermans veio para o Brasil com a missão de “preparar 24 alunos para as funções de engenheiro, inclusive de fogo”, no período de 1648 a 1650 (TAVARES, 2000, p. 49 e 170). Ao que parece, não conseguiu alcançar o seu objetivo, pois os profissionais que atuaram na América ou eram estrangeiros ou tiveram sua formação em Portugal (BUENO e REIS, 2002, p. 47). A carência de engenheiros militares lusos obrigava-os, assim como em vários ofícios reais, a circular por todo o Reino, embora os melhores fossem mandados para a América (BUENO, 2000; TELLES, 1994, p. 10 e; BUENO e REIS, 2002, p. 47).

Deste modo, começava a se delinear de forma mais clara um sistema de defesa suprarregional, que não contava com todas as cidades fortificadas, mas sim “cabeças”, que tinham a função de resguardar uma determinada região mais ampla (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 30). Assim, o porto do Rio de Janeiro, já no século XVII, por ser o principal da região sul da América portuguesa, apresentava para além da importância comercial uma grande relevância militar (SAMPAIO, 2001, p. 140 e CARDOSO & ARAUJO, 1992, p. 72). A principal função do governador da capitania era a defesa de toda a parte sul da América lusa, juntamente com as suas rotas mercantis. Sob a perspectiva de “cabeça” da região, podemos entender três acontecimentos que tomaram corpo a partir da cidade do Rio de Janeiro, responsável por mandar tropas para a defesa de outras localidades. O primeiro, em 1615, quando se expulsou definitivamente os franceses, com a instalação da cidade de Cabo Frio, conjuntura marcada pela própria fundação da urbe fluminense. Segundo, em 1648, quando se reconquistou Angola, com a expedição montada por Salvador Correia de Sá e Benevides(14). E terceiro, com a criação da Colônia de Sacramento, em 1680, na região do rio da Prata(15).

De acordo com este sistema, os engenheiros eram vitais, posto que atuavam nas construções militares e também nas batalhas. Luís Serrão Pimentel foi um dos engenheiros militares lusos que mais se destacou. Sua obra *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das praças regulares e irregulares* foi publicada em 1680. Ela criava um modelo luso de praça de guerra e foi difundido após a Restauração. Sua preocupação residia na flexibilização e adaptação das condições reais existentes, buscando o equilíbrio entre o real e o possível, uma vez que:

*A extrema amplitude geográfica e cronológica do império colonial obrigou, até pela sua velocidade, à adopção expedita de procedimentos flexíveis, pouco favoráveis à formalização teórica de modelos demasiados rígidos, sem previsível eficácia em espaços diversificados* (TAVARES DA CONCEIÇÃO. 2000, p. 25 e 26).

Esta ideia fora compartilhada pelo engenheiro militar João de Balesteiros. Durante todo o século XVII, quando se discutia a fortificação e a defesa da barra do Rio de Janeiro, um dos projetos era construir a fortaleza da Laje, que seria erguida somente no século seguinte. O projeto fora feito por Guitan e L'Escolle e havia sido remetido para a metrópole. Balesteiros ficou responsável pelo aval final sobre o projeto e elaborou algumas alterações para a sua execução. Não queremos destacar aqui as suas interferências na planta, mas a sua concepção de que era necessário conhecer a região e adaptar um modelo pensado por quem não a conhecia. Vejamos seu parecer: "(...) para que não se seguisse nenhum erro fiz a planta da plataforma (...), não para que absolutamente se execute por este tamanho, mas para que sirva de guia" (FERREZ, 1972, p. 21 e 144)(16).

*Deste modo, mantinha-se uma tradição do período filipino que primava pela fusão dos estilos. De um lado, a ortodoxia do urbanismo castelhano e, de outro, a "morfologia urbana brasileira" (versión "tupi" de las influencias ibéricas) (JAYO, s/d, p. 15).*

Voltemos a Pimentel. O engenheiro havia se formado nas "Aulas de Esfera do Colégio de Sto. Antão". Muitos professores desta instituição eram portugueses, alemães, ingleses, irlandeses e, especialmente, italianos e flamengos. Um de seus principais docentes foi o jesuíta batavo, João Cosmader, que participou ativamente da campanha de fortificação portuguesa pós-1640. Nestas "Aulas" foram introduzidas inúmeras modificações e inovações na engenharia militar ibérica. Uma delas era a substituição de uma "escola italiana", de construção de fortes, por uma "escola flamenga", nos anos de 1630. Muitas destas novidades foram colocadas à prova nas batalhas da Restauração Portuguesa (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 30-31).

A obra de Pimentel, em sua essência, revelava "um apurado equilíbrio entre a tradição portuguesa e o corpo teórico internacional mais actualizado", atingia ainda um objetivo essencial "explicitamente esclarecido, a fixação de um método português de fortificação, fundamentado e fundamentador da especificidade de uma Escola portuguesa". Ela mesclava conhecimento prático, pois Pimentel havia participado de batalhas na Restauração, e teórico, em razão da sua formação no Colégio de Santo Antão (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 36).

Seu "Methodo" fora tão bem desenvolvido que continuou a ser usado até o século seguinte. Surgia o estilo português denominado de "Estilo Chão", "uma arquitetura de raiz maneirista adaptada ao contexto português e com uma feição castrense fruto do pragmatismo dos seus conceptores" (BUENO, 2000, p. 48). O conceito de guerra era pensado com foco na defesa em detrimento ao ataque e baseava-se no conceito de "praças fortes/ cabeças" com a clara divisão entre espaços de fronteiras e espaço centralizado.

O esforço empreendido pelo Estado luso para a criação dessas aulas era vital, como já vimos, pois era urgente formar um quadro de engenheiros e técnicos lusos para que se diminuíssem os gastos com a contratação de estrangeiros. Neste sentido, há um esforço por

“popularizar” a formação de engenheiros. O ofício, tradicionalmente, era destinado à formação de uma elite e, portanto, direcionada aos fidalgos. Com a crescente necessidade de pessoal especializado, passava a haver uma ampliação das origens sociais. Os jovens que substituíram os fidalgos eram recrutados no próprio Exército dentro dos que apresentavam aptidão. Possuíam uma formação teórica e prática e começavam a carreira como “ajudantes” dos engenheiros. Este modelo, no fim do século XVII, foi levado às conquistas: na Bahia, em 1696; no Rio de Janeiro, em 1698; no Maranhão, em 1699 e; no Minho e Pernambuco, em 1701 (BUENO, 2000, p. 48).

As inovações não chegavam a Portugal somente desta forma, com os professores lusos lendo obras estrangeiras. Apesar da “aula de artilharia e esquadria” o quadro de engenheiros militares ainda era precário. Algumas consultas continuavam a ser feitas a estrangeiros e são bastante elucidativas da preocupação da Coroa em termos de defesa e de uma busca da “modernidade”. Mais uma vez, vejamos a documentação, da qual extraímos uma citação longa, porém bastante rica:

*O secretário de Estado Pedro Vieira da Silva remeteu a este Conselho [Ultramarino] com ordem de Vossa Majestade para se ver e consultar o que parecer, a cópia de um Capítulo de carta de Arnaut de Hondelate, escrita de Bayena de França, em 9 de julho passado. Nela lembra a Vossa Majestade que as fortalezas do Rio de Janeiro (que diz que tem visto) não são fortalezas para defender armada que a aquela praça for de propósito, porque as rodas da artilharia estão sempre ao sol e a chuva e os soldados que as guardam, são as três partes forçados e ficam cinco ou seis anos sempre nas fortalezas, pelo que se chegar ocasião de serem acometidas de inimigos, mais depressa se hão de por da sua parte, que da nossa, que os artilheiros serão somente sete ou oito e tais, que o fazendo condestável um não valem os mais outros.*

*Ao Conselho [Ultramarino] pareceu dizer a Vossa Majestade que o que aponta Arnaut de Hondelate, do estado das fortalezas do Rio de Janeiro, é certo, porque assim o referiu o Conselheiro Salvador Correa de Sá, e o viu quando passou por aquela praça vindo de Angola. Pelo que parece que Vossa Majestade deve mandar que em cada uma das fortalezas, de Sta. Cruz, e S. João, que são as da Barra, haja cem soldados de presidio para sua defesa. E na cidade, oitocentos, e destes oitocentos assistam cada dois meses cinqüenta no Cabo Frio, e cinqüenta na Ilha Grande. E nas ditas duas fortalezas cada mês se remudem as companhias, indo assistir uma cada mês além da infantaria de sua dotação. E que haja nelas tantos artilheiros, como peças tiverem cada uma. E dois condestáveis em cada uma. E que para se poder governar esta infantaria, haja dois ajudantes numerários. E para governar a gente miliciana outros dois ajudantes supranumerários, que não vençam mais que o soldo de alferes reformados. E que Vossa Majestade mande que o provedor da fazenda com o ministro que o governador lhe nomear, vão fazer vistoria nas carretas e mais petrechos da artilharia para sua defesa. E que logo se trate do remédio de tudo, que será fácil, e muito difícil de restaurar se a praça*

*se perder. Lembrando a Vossa Majestade que só esta capitania esta intacta dos inimigos, sendo que por natureza é a mais defensável. E das mais importantes por está causa. Em Lisboa a 9 de dezembro de 655.*

*Salvador Correa de Sá e Benevides  
Francisco de Vasconcelos da Cunha  
Diogo Lobo Pereira*

*À margem a ordem do rei: Diga-me Conselho o que se poderá executar de tudo o que aponta esta consulta, e o que se poderá também tentar no Brasil, e de que sendo respeitantes as necessidades do Reino e daquele estado, em Lisboa 26 de janeiro de 656 (FERREZ. 1972, p. 174-178).*

Neste documento podemos ver o secretário de Estado português recebendo o parecer de um engenheiro francês que se encontrava em seu país natal. Há uma série de recomendações que incidem basicamente em aumentar o efetivo e a forma como era recrutado e remunerado. Atentemos para o silêncio em relação à estrutura física das fortalezas e da qualidade das armas. Não há comentário sobre questões técnicas da artilharia, ou seja, se o armamento disponível era o apropriado. Criticava-se a conservação e abrigo que se dava a ele. O mesmo já havia ocorrido entre 1649-50, quando, com as reformas planejadas por Miguel de L'Escolle e Filipe de Guitan, foram mandadas plantas para o engenheiro militar francês, Pedro Pelifique, dar seu parecer sobre as fortalezas (FERREZ, 1972, p. 174-178).

Lembremos que Ferrez nos mostra uma série de relatos feitos pelos governadores do Rio de Janeiro que sempre dão conta do péssimo estado das fortificações daquela capitania (FERREZ, 1972, p. 185-6). Como vimos no início do artigo, o engenheiro francês e outros tantos viajantes que por aqui passaram conheciam outros cenários. Em seus relatos não há menção à existência de uma diferença, especialmente no que diz respeito à estrutura física, entre as realidades. Portanto, somos levados a acreditar que talvez fosse bem pequena. Do mesmo modo, pensamos que os relatórios feitos pelos governadores, que mostravam a precariedade da capitania, devam ser vistos com outros olhos.

É o que também percebeu Hespanha ao analisar o cálculo dos efetivos reunidos nas guerras e batalhas portuguesas nos séculos XIV a XVII, “(...) o desejo de valorizar a vitória faz subavaliar os efectivos próprios ou o desejo de reputação os faz aumentar” (HESPANHA, 2004, p. 23)(17).

É claro que a estrutura não era ideal, realmente deveria haver carência de quase tudo. Mas esta devia ser sentida em outras praças, que não somente as lusas. As condições materiais na Europa, até mesmo pelo desenvolvimento tecnológico da época, não eram de uma sociedade industrializada, como temos hoje. Deste modo, os governadores, a fim de valorizarem seus serviços, deveriam “carregar na tinta” nos seus relatos. Afinal, conseguir sucesso na defesa de uma praça tão importante como o Rio de Janeiro, com pouco ou nenhum recurso, lhes daria mais prestígio do que defender uma praça bem equipada.

## Notas

1) Utilizamos os termos forte, fortaleza, fortins e etc. como sinônimos.

2) Mais a frente veremos a importância dos engenheiros militares e, em especial, dos dois citados.

3) Sempre que possível, optamos por transcrever os documentos utilizando a grafia atual.

4) Posição compartilhada por RODRIGUES, 2004, p. 250.

5) Durante todo o século XVII, vários governadores fracassaram na tentativa de edificar a fortaleza da Laje. Ela só viria a ser erguida nos setecentos. A Laje é um costado de pedra que se localiza na entrada da barra, exatamente entre a fortaleza de Sta. Cruz e de S. João. Cf. FERREZ, 1972.

6) Pai de Salvador Correa de Sá e Benevides Cf. BOXER, 1973, p. 410 e 420.

7) Como podemos ver nas atas do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, o uso de negros e índios em obras públicas era comum. Neste corpo documental é possível ver deliberações a cerca da reforma da cadeia da cidade, em 1640; a construção do aqueduto da Carioca, ao longo do século, entre outras construções urbanas. (PMDF.1935, p. 35-6, 36 e 43).

8) Aqui, naturalmente incluímos os monarcas hispânicos que, durante a União Ibérica (1580-1640), também eram reis de Portugal.

9) Este, no entanto, já era um costume do período filipino. Na obra de Ferrez podemos ver vários exemplos de plantas remetidas para a Europa, para serem consertadas, emendadas ou refeitas. Para citar somente um exemplo, em 1635, o Conselho de Portugal encaminhou ao rei recomendações para que mandasse vir do Rio de Janeiro “uma planta daquela capitania e das fortificações que tem e de novo tem feito e se vão fazendo em tão boa forma que se possa ver por ela ou como tudo esta obrado. E se há de emendar ou acrescentar (...)” Cf. FERREZ, 1972, p. 124.

10) Respectivamente, Rua Uruguaiana, Rua 7 de Setembro e Arcos da Lapa (CARDOSO & ARAUJO, 1992, p. 67).

11) Hespanha sublinha que antes da Restauração o perigo vinha do mar com os piratas marroquinos, ingleses ou holandeses. A principal linha de proteção se situava na costa e, portanto, a preocupação de defesa se localizava naquela região, que não só concentrava o efetivo militar, mas os fortes construídos ou reformados. (HESPANHA, 2004, p. 32).

12) Não foram somente os engenheiros militares estrangeiros que foram contratados, militares experientes também o foram, como por exemplo, o conde de Schomberg (Prússia), que teria que reorganizar todo o Exército português (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 32).

13) Texto bastante parecido aparece em BICALHO, 2001, p. 199.

14) Sobre algumas diretrizes e decisões tomadas pelo Senado da Câmara no Rio de Janeiro, que passavam tanto pelo envio da expedição de Salvador Correia de Sá e Benevides, que reconquistaria Angola (1648), até o de alimentos para a região (PMDF, 1935, p. 49 e 173).

15) Em nossa dissertação analisamos os perfis dos capitães das fortalezas e observamos a circulação destes agentes dentro deste conceito de “cabeça”. Assim, tinham o Rio de Janeiro como “sede” e circulavam por áreas subordinadas: Angola, Espírito Santo, Cabo Frio e etc. Este sistema não era novidade. Afonso de Albuquerque, no século anterior, havia pensado a defesa da Índia por meio deste preceito. O sistema permitira a diminuição de gastos (RODRIGUES, 2004, p. 203).

16) Não entraremos aqui na discussão apresentada por Ferrez sobre a autoria do mesmo. Para alguns historiadores, posição não compartilhada por este autor, o projeto era dos engenheiros Filipe de Guitan e Miguel de L'Escolle.

17) Esta percepção também aparece nos relatos das batalhas da Restauração Pernambucana, ver também VAINFAS, 2008.

## Bibliografia

BEBIANO, R. “A Guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”, em HESPANHA, A. (Coord.): *Nova história militar de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004.

BICALHO, M. F. *A cidade e o império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_, “As Câmaras ultramarinas e o governo do Império”, em FRAGOSO, J., BICALHO, M. F. e GOUVÊA, M. F. (orgs.): *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

BOXER, C. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola – 1602-1686*, São Paulo, Editora Nacional, 1973.



- BUENO, B. "Desenho o desígnio – o Brasil dos engenheiros militares", *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Nº 41, 2000.
- BUENO, B. & REIS, N. "Cidades e fortes coloniais", *Revista DaCultura*, Ano II, Nº 3, 2002.
- CARDOSO, C. & ARAUJO, P. *Rio de Janeiro*. Madri: Mapfre, 1992.
- CASTRO, C.; IZECKSOHN, V. e KRAAY, H. (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- COARACY, V. *O Rio de Janeiro no século XVII*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.
- COELHO, E. "A instituição militar no Brasil", *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1º Semestre de 1985.
- FERREZ, G. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto, 1555-1800*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.
- FRAGOSO, J. "A Nobreza da República: Notas Sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII)". *Topoi*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.
- FRANÇA, J. M. C. *Visões do Rio de Janeiro colonial*. Rio de Janeiro: EdUerj, 1999.
- GOUVÊA, M. F. "Governo Geral", em VAINFAS, R. (dir.): *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2000, p. 265.
- HESPANHA, A. (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.
- JAYO, A. H. "Brasil, una construcción hispánica – el papel de la Unión de las Coronas en la definición de un urbanismo original ibérico", em *I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, s/d.
- MENDONÇA DE OLIVEIRA, M. "As primitivas defesas da cidade de Salvador", *Revista DaCultura*, Rio de Janeiro, Diretoria de Assuntos Culturais, ano VII, nº 12, junho de 2007.
- MOREIRA, L. G. S; LOUREIRO, M. A 'Nova História Militar', o diálogo com a História Social e o Império Portugêses. (texto mimeo), 2011.
- RODRIGUES, J. D. R. "A Guerra nos Açores", em HESPANHA, A. (coord.): *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.
- RODRIGUES, V. "A Guerra na Índia", em HESPANHA, A. (coord.): *Nova história militar de Portugal – Volume 2*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.
- SALGADO, G. (Coord.). *Fiscais e meirinhos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- SAMPAIO, A. *Na encruzilhada do Império – hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.
- SERRÃO, J. V. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1649*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.
- TAVARES DA CONCEIÇÃO, M. "A praça da guerra aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação", *Oceanos*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Número 41, jan/mar 2000.
- TEIXEIRA, N. S. "A história militar e a historiografia contemporânea". *Revista A Nação e a Defesa*, Lisboa, Inst. da Defesa Nacional, 1991, ano XVI, nº 59, p. 53-71;
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)*, Rio de Janeiro, Clavero, 1994.
- VAINFAS, R. *Traição*. São Paulo, Cia. das Letras, 2008.
- VARNHAGEN, F. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956, 6ª edição, tomo I.
- WEHLING, A. "A pesquisa da História Militar Brasileira", *Revista DaCultura*, Rio de Janeiro, Exército Brasileiro, ano I, nº1, jan/jul 2001, p. 35-38.

## Fontes

- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Códice 61, Vol. 7, p. 438.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO DISTRICTO FEDERAL (PMDF). *O Rio de Janeiro no século XVII – accordãos e Vereanças do Senado da Camara, copiados do livro original existente no Archivo do Districto Federal, e relativos aos annos de 1.635 até 1.650. mandados publicar pelo Sr. Presidente Dr. Pedro Ernesto*, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1935.
- AHU-Rio de Janeiro, cx. 2, doc. 124-A e AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 2, D. 195.

(Recebido para publicação em 21/09/2011)

